



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90100/2025

Processo nº 00310020.000329/2024-13

CONTRATANTE (UASG) (927633)

OBJETO: SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM COBERTURA TOTAL PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO NORTE.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 62.798,86 (sessenta e dois mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **08/ 09/2025** às **14h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL (PLATAFORMA): PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRASGOV), NO SEGUINTE ENDEREÇO VIRTUAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO.

SUBCONTRATAÇÃO: Não será permitido a subcontratação dos itens desta licitação, conforme disciplina do subitem 4.4 do Termo de Referência (TR), anexo I deste Edital.

CONSÓRCIO: Não será permitida a participação de empresas em consórcio, por fornecimento do objeto da presente licitação ser de natureza comum, não exigindo elevada especialização técnica e/ou elevada capacidade econômico-financeira das empresas licitantes. Ademais, a permissão de participação de empresas em consórcio poderia limitar a concorrência devido à diminuição do número de empresas participantes, uma vez que algumas delas estariam compondo um mesmo consórcio.

SUMÁRIO

[DO OBJETO](#)

[DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO](#)

[DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO](#)

[DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)

[DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)

[DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)

[DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)

[DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)

[DA FASE DE JULGAMENTO](#)

[DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)

[DOS RECURSOS](#)

[DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)

[DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)

[DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)

[DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90078/2025

(Processo Administrativo nº 00310020.000329/2024-13)

Torna-se público que a Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o nº 24.519.654/0001-94, sediada no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Lei Complementar Estadual nº 675/2020 (que estabelece no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, o Estatuto e tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME), às Empresas de Pequeno Porte (EPP) e aos Microempreendedores Individuais (MEI) e equiparados, bem como, do Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação do serviço de seguro automotivo, pelo período de 12 (doze) meses, com cobertura total para 12 (doze) veículos pertencentes à frota institucional da Secretária de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte.

GRUPO ÚNICO

Item	Marca	Modelo	Ano	Placa	nº do Chassi	Renavam	Combustível
01	Mercedes Benz	I Motor Casa Caminhão	2021/2022	REQ-3I21	8AC907655NE202768	01280550888	Diesel
02				REQ-3I24	8AC907655NE200789	01280555979	
03				REQ-3I22	8AC907655NE203780	01280554247	
04	Nissan	Frontier SE X4	2022/2023	RQB-1C59	8ANBD33F7PL342260	01332969060	
05				RQB-1C69	8ANBD33F8PL342266	01332971137	
06				RQB-1C78	8ANBD33F9PL342261	01332971420	
07	VolksWagen	T-Cross Sense TSI		RGM-2J39	9BWBH6BF5P4007190	01324689789	Flex
08				RGM-2J49	9BWBH6BF1P4007098	01324689843	
09				RGM-7D30	9BWBH6BF3P4017518	01331401515	
10	Fiat	Cronos Drive 1.3		RPJ-8D82	8AP359AFPPU236719	01323340715	
11	Chevrolet	Spin 1.8 LTZ	2013/2014	OWD-5079	9BGJC72Z0EB215954	595185829	
12	Agrale	Agrale/10.000	2014/2014	OWC-0742	9BYC79A2AEC000311	999324411	Diesel

1.2. A licitação será formada por um grupo com 12 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência anexo I do Edital, devendo oferecer proposta para todo o grupo.

1.3. A aquisição do objeto desta contratação é caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da prestação dos serviços.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) referenciado no item 2.1.

3.2. As especificações mínimas das coberturas e serviços são:

a) **Cobertura Compreensiva:** Colisão, incêndio, roubo e furto, com Limite Máximo de Indenização (LMI) correspondente a 100% do Valor de Mercado referenciado pela Tabela FIPE vigente na data do sinistro.

b) **Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):** Danos Materiais (DM): LMI mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Danos Corporais(DC): LMI mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil

reais).

c) **Assistência 24 horas:** Incluindo serviço de reboque com quilometragem livre em caso de pane ou sinistro.

d) **Franquia:** Deverá ser ofertada a opção de franquia reduzida, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da franquia básica/normal.

e) **Regulação SUSEP:** A apólice e todos os serviços deverão seguir estritamente as normas e regulamentações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3.3. A empresa contratada deverá obrigatoriamente observar as disposições da **Circular SUSEP nº 639/2021**, bem como as demais normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao segmento.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.9. A vedação de que trata o item 4.6.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2. Em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a contratada deverá priorizar práticas sustentáveis, tais como:

5.2.1. Envio de apólices e kits de segurado em formato digital, substituindo o papel.

5.2.2. Disponibilização de cartão do segurado em formato eletrônico/digital em vez de cartões físicos (PVC).

5.3. Deverá ainda observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento a Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Subcontratação

5.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.5. Considerando o valor estimado da contratação R\$ 62.798,86 (sessenta e dois mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), a natureza do objeto (serviço de seguro regulado pela SUSEP) e os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa, fica dispensada a exigência de garantia de execução contratual, com fundamento no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021. A regulação setorial exercida pela SUSEP e os mecanismos de fiscalização contratual são considerados suficientes para mitigar os riscos associados à execução do contrato neste caso específico.

Vistoria (facultativa)

5.6. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria dos veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas.

5.7. A visita deverá ser agendada previamente pelo telefone (84) 3232-2055, das 08h00 às 14h00, ou pelo e-mail: promps@sefaz.rn.gov.br.

5.8. A vistoria ocorrerá no estacionamento da Sede da SEFAZ RN localizada no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901.

5.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições dos veículos ou dos locais, dúvidas ou esquecimentos, devendo o licitante assumir os ônus decorrentes de sua omissão.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Da Emissão e Entrega da Apólice

6.1. A empresa Contratada deverá expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro completa, em formato digital e/ou físico conforme acordado com a SEFAZ/RN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, o que ocorrer por último.

6.2. Juntamente com a entrega da Apólice, a Contratada deverá apresentar ao setor de Projeto de Material, Patrimônio e Serviços Gerais - PROMPS (promps@sefaz.rn.gov.br) a fatura/boleto correspondente ao prêmio do seguro para que, após o devido ateste pelo fiscal do contrato, sejam adotados os procedimentos para liquidação e pagamento.

Do Suporte e Assessoramento

6.3. A Contratada deverá fornecer todo o suporte técnico e administrativo necessário para a gestão da apólice, incluindo o atendimento e a liquidação de sinistros.

6.4. Deverá ser disponibilizado à SEFAZ/RN um canal de atendimento preferencial (corretor de seguro dedicado, central de atendimento específica ou gestor de conta), com contatos claros (telefone, e-mail), preferencialmente com representação ou capacidade de atendimento local em Natal/RN, para assessoramento e resolução de dúvidas ou sinistros.

Das Obrigações Gerais

6.5. A execução provisória ou definitiva do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos danos resultantes da má execução dos serviços contratados ou por vícios e defeitos que venham a ser constatados.

6.6. O recebimento do objeto contratual se dará formalmente após a comprovação da emissão e entrega da apólice de seguro e o início de sua vigência.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela correta prestação dos serviços e cumprimento das coberturas, nos termos da legislação civil (Lei nº 10.406/2002) e do Código de Defesa do Consumidor, no que aplicável.

6.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A SEFAZ poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações

contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato designado(s) pela SEFAZ/RN, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal do contrato terá a responsabilidade de verificar a conformidade da prestação dos serviços com o estabelecido no contrato e no Termo de Referência, atestando a execução para fins de pagamento, e registrando todas as ocorrências relevantes.

7.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados.

7.7.2. O fiscal do contrato notificará formalmente a contratada sobre eventuais inadimplementos, concedendo prazo para manifestação e solução.

7.7.3. O fiscal observará as regras de atuação do Decreto Estadual nº 32.449/2023 (ou outro que o substitua).

7.8. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual com o apoio do(s) fiscal(is), tomando as decisões que ultrapassem a competência destes.

7.8.1. O gestor observará as regras de atuação do Decreto Estadual nº 32.449/2023 (ou outro que o substitua).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição e Recebimento

8.1. A medição para fins de pagamento corresponderá ao valor total do prêmio do seguro para o período de vigência contratual de 12 meses.

8.2. O recebimento do serviço, para fins de pagamento, ocorrerá da seguinte forma:

8.2.1. **Recebimento Provisório:** Realizado pelo fiscal do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após a comunicação da Contratada sobre a emissão e entrega da apólice, verificando o cumprimento das exigências contratuais e a conformidade da apólice com o especificado.

8.2.2. **Recebimento Definitivo:** Realizado pelo gestor do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que consolide a avaliação do fiscal e ateste a aceitação do serviço. A emissão deste termo autoriza a Contratada a emitir a nota fiscal/fatura.

8.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na apólice ou na documentação.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

Prazo de pagamento

8.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da

liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.14. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

8.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITERIOS DE SELECAO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

9.2. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - [SICAF](#);

9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - [CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;

9.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - [CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial do Estado e arquivada na Junta Comercial da unidade estadual onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.3.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.13. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

9.14. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.15. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.16. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 % do valor estimado da contratação.

9.17. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.18. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica

9.19. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

9.20. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.20.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.20.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.21. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XL, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.21.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.21.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.21.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.21.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.21.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

10.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

10.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. A falsidade da declaração de que trata o item 6.3.2, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

10.5. Os demais documentos exigidos para habilitação constam nos Itens 8.2 a 8.9 do Termo de Referência Anexo I do Edital

10.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

10.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

10.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

10.11. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. Valor unitário do item, descrição do item, e o valor total do item.

11.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.1.3. *O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

11.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro,

omissão ou qualquer outro pretexto.

11.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

11.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

11.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Anexo I do Edital, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

11.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas estaduais, quando participarem de licitações públicas;

11.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

12.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 20,00 (vinte reais).

12.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

12.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

12.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

12.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

12.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários

12.11.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

12.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

12.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

12.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

12.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

12.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

12.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

12.18.2.2. empresas brasileiras;

12.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

12.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 30 (trinta) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA FASE DE JULGAMENTO

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 6.3.1 e seguintes do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1. SICAF;

13.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

13.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

13.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

13.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

13.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

13.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

13.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.4.1 e 4.7 deste edital.

13.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

13.6.1. conter vícios insanáveis;

13.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

13.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

13.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

13.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

13.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

13.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

13.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

13.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

13.7.2. Dispensa da exigência da garantia da contratação em virtude do baixo preço estimado da contratação e o pagamento ser feito em parcela única após o recebimento total das apólices, com base no Art. 96, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o item 4.4 do Termo de Referência, anexo I do Edital.

13.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

13.9. A descrição do objeto poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

13.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

13.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

14. DA FASE DE HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos previstos constam no Termo de Referência, Anexo I, nos itens 8.2 a 8.9, 6.3.2 a 6.3.4, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão inseridos no sistema, havendo indisponibilidade do sistema, e se o pregoeiro solicitar, poderá ser enviada por e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br poderão ser apresentados em original ou cópia.

14.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

14.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

14.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

14.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

14.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

14.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

14.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro.

14.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

14.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

14.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

14.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

14.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.10.1.

14.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

14.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

15.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.sead.rn.gov.br.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

16.2. 22.101.04.122.0100.250101.0001 - Natureza da Despesa 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - PJ, Sub elemento: 69 - Seguros em Geral, Fonte: 0.5.00 - Recursos Não Vinculado a Impostos Id. (29593477)

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.5. fraudar a licitação

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

17.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato lícitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 10% do valor do contrato lícitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do

ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[\[A46\]](#)

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos compras.gov.br e compras.rn.gov.br

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

19.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

Natal-RN, na data da Assinatura Eletrônica

PEDRO LOPES DE ARAÚJO NETO**Secretário de Estado da Administração**

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO LOPES DE ARAUJO NETO, Secretário de Estado**, em 21/08/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35837234** e o código CRC **A4B8AD99**.

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Avenida Salgado Filho, S/N, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.set.gov.br>**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 00310020.000329/2024-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do serviço de seguro automotivo, pelo período de 12 (doze) meses, com cobertura abrangente para 12 (doze) veículos pertencentes à frota institucional da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte (SEFAZ/RN), conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

LOTE ÚNICO

Item	Marca	Modelo	Ano	Placa	nº do Chassi	Renavam	Combustível	Valor (R\$)
01	Mercedes Benz	I Motor Casa Caminhão	2021/2022	REQ-3121	8AC907655NE202768	01280550888	Diesel	8.668,85
02	Mercedes Benz	I Motor Casa Caminhão	2021/2022	REQ-3124	8AC907655NE200789	01280555979	Diesel	8.668,85
03	Mercedes Benz	I Motor Casa Caminhão	2021/2022	REQ-3122	8AC907655NE203780	01280554247	Diesel	8.668,85
04	Nissan	Frontier SE X4	2022/2023	RQB-1C59	8ANBD33F7PL342260	01332969060	Diesel	5.060,53
05	Nissan	Frontier SE X4	2022/2023	RQB-1C69	8ANBD33F8PL342266	01332971137	Diesel	5.060,53
06	Nissan	Frontier SE X4	2022/2023	RQB-1C78	8ANBD33F9PL342261	01332971420	Diesel	5.060,53
07	Volkswagen	T-Cross Sense TSI	2022/2023	RGM-2J39	9BWBH6BF5P4007190	01324689789	Flex	3.207,79
08	Volkswagen	T-Cross Sense TSI	2022/2023	RGM-2J49	9BWBH6BF1P4007098	01324689843	Flex	3.207,79
09	Volkswagen	T-Cross Sense TSI	2022/2023	RGM-7D30	9BWBH6BF3P4017518	01331401515	Flex	3.207,79
10	Fiat	Cronos Drive 1.3	2022/2023	RPJ-8D82	8AP359AFPPU236719	01323340715	Flex	2.468,62
11	Chevrolet	Spin 1.8 LTZ	2013/2014	OVZ-3756	9BGJC75Z0EB156011	585445583	Flex	2.547,92
12	Agrale	Agrale/10.000	2014/2014	OWC-0742	9BYC79A2AEC000311	999324411	Diesel	6.970,81
Total								62.798,86

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Edital 90100 (35837234) SEI 00310020.000329/2024-13 / pg. 15

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (33064139), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) referenciado no item 2.1.

3.2. As especificações mínimas das coberturas e serviços são:

a) **Cobertura Compreensiva:** Colisão, incêndio, roubo e furto, com Limite Máximo de Indenização (LMI) correspondente a 100% do Valor de Mercado referenciado pela Tabela FIPE vigente na data do sinistro.

b) **Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):** Danos Materiais (DM): LMI mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Danos Corporais(DC): LMI mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

c) **Assistência 24 horas:** Incluindo serviço de reboque com quilometragem livre em caso de pane ou sinistro.

d) **Franquia:** Deverá ser ofertada a opção de franquia reduzida, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da franquia básica/normal.

e) **Regulação SUSEP:** A apólice e todos os serviços deverão seguir estritamente as normas e regulamentações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3.3. A empresa contratada deverá obrigatoriamente observar as disposições da **Circular SUSEP nº 639/2021**, bem como as demais normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao segmento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a contratada deverá priorizar práticas sustentáveis, tais como:

4.2.1. Envio de apólices e kits de segurado em formato digital, substituindo o papel.

4.2.2. Disponibilização de cartão do segurado em formato eletrônico/digital em vez de cartões físicos (PVC).

4.3. Deverá ainda observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento a Constituição Federal, a Lei Nº 14.133/2021, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Considerando o valor estimado da contratação R\$ 62.798,86 (sessenta e dois mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), a natureza do objeto (serviço de seguro regulado pela SUSEP) e os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa, fica dispensada a exigência de garantia de execução contratual, com fundamento no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021. A regulação setorial exercida pela SUSEP e os mecanismos de fiscalização contratual são considerados suficientes para mitigar os riscos associados à execução do contrato neste caso específico.

Vistoria (facultativa)

4.6. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria dos veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas.

4.7. A visita deverá ser agendada previamente pelo telefone (84) 3232-2055, das 08h00 às 14h00, ou pelo e-mail: promps@sefaz.rn.gov.br.

4.8. A vistoria ocorrerá no estacionamento da Sede da SEFAZ RN localizada no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições dos veículos ou dos locais, dúvidas ou esquecimentos, devendo o licitante assumir os ônus decorrentes de sua omissão.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Da Emissão e Entrega da Apólice

5.1. A empresa Contratada deverá expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro completa, em formato digital e/ou físico conforme acordado com a SEFAZ/RN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da

assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, o que ocorrer por último.

5.2. Juntamente com a entrega da Apólice, a Contratada deverá apresentar ao setor de Projeto de Material, Patrimônio e Serviços Gerais - PROMPS (promps@sefaz.rn.gov.br) a fatura/boleto correspondente ao prêmio do seguro para que, após o devido ateste pelo fiscal do contrato, sejam adotados os procedimentos para liquidação e pagamento.

Do Suporte e Assessoramento

5.3. A Contratada deverá fornecer todo o suporte técnico e administrativo necessário para a gestão da apólice, incluindo o atendimento e a liquidação de sinistros.

5.4. Deverá ser disponibilizado à SEFAZ/RN um canal de atendimento preferencial (corretor de seguro dedicado, central de atendimento específica ou gestor de conta), com contatos claros (telefone, e-mail), preferencialmente com representação ou capacidade de atendimento local em Natal/RN, para assessoramento e resolução de dúvidas ou sinistros.

Das Obrigações Gerais

5.5. A execução provisória ou definitiva do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos danos resultantes da má execução dos serviços contratados ou por vícios e defeitos que venham a ser constatados.

5.6. O recebimento do objeto contratual se dará formalmente após a comprovação da emissão e entrega da apólice de seguro e o início de sua vigência.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela correta prestação dos serviços e cumprimento das coberturas, nos termos da legislação civil (Lei nº 10.406/2002) e do Código de Defesa do Consumidor, no que aplicável.

5.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A SEFAZ poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato designado(s) pela SEFAZ/RN, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato terá a responsabilidade de verificar a conformidade da prestação dos serviços com o estabelecido no contrato e neste Termo de Referência, atestando a execução para fins de pagamento, e registrando todas as ocorrências relevantes.

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados.

6.7.2. O fiscal do contrato notificará formalmente a contratada sobre eventuais inadimplementos, concedendo prazo para manifestação e solução.

6.7.3. O fiscal observará as regras de atuação do Decreto Estadual nº 32.449/2023 (ou outro que o substitua).

6.8. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual com o apoio do(s) fiscal(is), tomando as decisões que ultrapassem a competência destes.

6.8.1. O gestor observará as regras de atuação do Decreto Estadual nº 32.449/2023 (ou outro que o substitua).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição e Recebimento

7.1. A medição para fins de pagamento corresponderá ao valor total do prêmio do seguro para o período de vigência contratual de 12 meses.

7.2. O recebimento do serviço, para fins de pagamento, ocorrerá da seguinte forma:

7.2.1. **Recebimento Provisório:** Realizado pelo fiscal do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após a comunicação da Contratada sobre a emissão e entrega da apólice, verificando o cumprimento das exigências contratuais e a conformidade da apólice com o especificado.

7.2.2. **Recebimento Definitivo:** Realizado pelo gestor do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que consolide a avaliação do fiscal e ateste a aceitação do serviço. A emissão deste termo autoriza a Contratada a emitir a nota fiscal/fatura.

7.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na apólice ou na documentação.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.14. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITERIOS DE SELECAO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - [SICAF](#);

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - [CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - [CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial do Estado e arquivada na Junta Comercial da unidade estadual onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.6. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.10. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12. O fornecedor enquadrado como microempendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.13. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

8.14. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.15. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.16. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 % do valor estimado da contratação.

8.17. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da

habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.18. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica

8.19. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

8.20. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.20.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.20.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.21. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XL 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.21.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.21.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.21.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.21.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.22. Comprovação de que a licitante encontra-se regularmente autorizada pela SUSEP a operar no ramo de seguros.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 62.798,86 (sessenta e dois mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

9.2. Os preços ajustados neste contrato serão reajustados anualmente, na mesma data-base do orçamento estimado, conforme disposto no §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021. O reajuste será calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou em outro índice setorial específico do mercado de seguros, caso seja mais apropriado, sendo o índice escolhido fundamentado tecnicamente por refletir as variações econômicas do setor.

9.3. A data-base para aplicação do reajuste será o mês de elaboração do orçamento estimado, garantindo que as alterações sejam proporcionais às variações no mercado desde esta referência. O valor ajustado será aplicado automaticamente, sem necessidade de prévio aviso, mediante cálculo fundamentado nos índices indicados, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Após aprovação deste Termo de Referência, será indicado disponibilidade orçamentária, através de Pré-Empenho, indicando os recursos necessários ou de outro documento comprobatório.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Natal, data da assinatura eletrônica.

APÊNDICE DO ANEXO I



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00310020.000329/2024-13

1. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

1.1. Autorização nº 0060/2024 (24662330).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte - SEFAZ/RN necessita contratar empresa especializada para prestação de serviços de seguro compreensivo para seus doze veículos oficiais, que compõem frota essencial às atividades-fim da administração tributária estadual. Esta demanda fundamenta-se na necessidade de proteção patrimonial e garantia da continuidade operacional dos serviços públicos prestados

Os veículos em questão desempenham papel estratégico nas operações de fiscalização, sendo utilizados diariamente para deslocamento de equipes técnicas, transporte de materiais e equipamentos, além da realização de operações especiais em todo o território estadual. Tratam-se de bens públicos de alto valor, cuja eventual perda ou dano representaria significativo impacto aos cofres públicos, justificando plenamente a contratação de cobertura seguradora especializada

A contratação do seguro torna-se imperativa por três eixos fundamentais. Primeiramente, como medida de proteção patrimonial, garantindo a reposição ou reparo dos veículos em caso de sinistro, com indenização por perdas totais ou parciais. Em segundo lugar, como garantia de responsabilidade civil, cobrindo danos materiais e corporais a terceiros, além de fornecer amparo legal em eventualidades como atropelamentos ou colisões. Por fim, como garantia de continuidade operacional, assegurando o rápido restabelecimento das atividades após ocorrências adversas, com assistência 24 horas para veículos danificados e suporte em casos de pane seca ou mecânica.

Do ponto de vista legal, a contratação atende rigorosamente às normas de gestão de riscos do patrimônio público, observando os princípios constitucionais da administração pública, em especial os da economicidade e eficiência. Além disso, cumpre com as disposições sobre responsabilidade civil objetiva, protegendo a administração de possíveis passivos decorrentes do uso intensivo dos veículos em atividades de fiscalização.

A cobertura mínima necessária inclui proteção compreensiva contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização baseada na tabela FIPE; responsabilidade civil com limite mínimo de R\$ 200.000,00 para danos materiais e corporais; extensão de reboque com quilometragem livre; e franquia reduzida correspondente a 50% do valor básico. Ressalta-se que a especificação técnica foi elaborada considerando o perfil de uso dos veículos e as particularidades das atividades desenvolvidas.

A contratação consolida-se como medida prudencial de gestão, alinhada às melhores práticas de administração pública, garantindo a proteção do patrimônio estadual e a continuidade dos serviços essenciais de fiscalização tributária, sem ônus indevido aos cofres públicos. A modalidade escolhida, por meio de pregão eletrônico com julgamento por menor preço global do grupo, assegura a economicidade e transparência do processo, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Projeto de Material, Patrimônio e Serviços Gerais - PROMPS/SEFAZ

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A prestação dos serviços de seguro têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global do grupo, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. **Justificativa para o Critério de Julgamento por Grupo:** A escolha pelo critério de julgamento por grupo no Pregão Eletrônico, utilizando como parâmetro o menor preço global, foi fundamentada em aspectos técnicos, econômicos e operacionais que demonstram sua adequação e vantajosidade para atender às necessidades da contratação, conforme detalhado a seguir, em atendimento ao art. 18, §1º, IV e VII, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. **Vantagens Econômicas e Competitivas:** Optar pelo julgamento por grupo permite alcançar ganhos

econômicos significativos. Ao consolidar os doze veículos em um único grupo, aumenta-se o volume da contratação, o que tende a estimular maior competitividade entre as seguradoras. Este formato atrai empresas com maior capacidade técnica e financeira, que podem oferecer condições comerciais mais vantajosas (prêmios menores, melhores condições de pagamento, serviços agregados) para atender à demanda consolidada, resultando em potencial redução dos custos gerais da contratação para a Administração.

4.5. **Eficiência Administrativa e Operacional:** O julgamento por grupo simplifica significativamente a gestão administrativa do processo licitatório e do futuro contrato. Permite a adjudicação a um único fornecedor e a celebração de um único contrato, o que facilita o acompanhamento, a fiscalização dos serviços prestados e a gestão de sinistros. Esta medida promove maior eficiência operacional, reduzindo a carga de trabalho administrativo, os custos associados à supervisão de múltiplos contratos e os riscos de inconsistências ou tratamentos diferenciados que poderiam surgir em contratos fragmentados por item. Do ponto de vista operacional, o julgamento por grupo assegura uniformidade na prestação dos serviços de seguro para toda a frota, garantindo que todos os veículos sejam atendidos de forma padronizada e dentro das mesmas condições contratuais (coberturas, franquias, assistências). Isso evita discrepâncias de qualidade ou nível de serviço entre diferentes seguradoras, proporcionando maior segurança e eficácia no cumprimento dos objetivos da contratação.

4.6. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7. A contratação abrange os seguintes requisitos técnicos mínimos:

4.8. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes (SUSEP - Superintendência de Seguros Privados) em conformidade com a legislação vigente.

4.9. A empresa contratada deverá cumprir os normativos expedidos pela SUSEP para emissão das apólices de Seguro.

4.10. A seguradora deverá atender as seguintes coberturas mínimas:

- a) Compreensiva (colisão, incêndio, roubo e furto) Limite Máximo de Indenização: Valor de Mercado referenciado com a Tabela FIPE.
- b) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF-V) - Limite Máximo de indenização de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais, para veículos leves/médios.
- c) Extensão de Reboque: Limite Máximo de indenização de Quilometragem livre.
- d) Valor da franquia será o correspondente à franquia reduzida que corresponde a 50% da franquia básica.

Cobertura	Valor de Referência
Compreensiva - Colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% FIPE
Danos Materiais (veículos leves/médios)	R\$ 200.000,00
Danos Corporais (veículos leves/médios)	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
Extensão de Reboque	Km livre
Franquia Básica	50%

e) O perfil dos motoristas: suas características individuais, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do valor do seguro a ser contratado.

f) Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo PROMPS, e processada pela Seguradora.

g) Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.11. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro compreensivo para os doze veículos da frota da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte deverá atender a requisitos técnicos, operacionais e legais específicos, garantindo a adequada proteção do patrimônio público e a continuidade das atividades essenciais de fiscalização.

4.12. A empresa contratada deverá comprovar regularidade perante os órgãos reguladores do setor, em especial junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com autorização válida para operar nos ramos de seguro objeto desta contratação. É imprescindível que a seguradora demonstre capacidade técnica e financeira para assumir os riscos envolvidos, apresentando documentação que comprove sua idoneidade e experiência no segmento de seguros para frotas públicas.

4.13. Quanto às coberturas mínimas exigidas, o seguro deverá incluir proteção abrangente contra colisão, incêndio, roubo e furto, com valor de indenização baseado na tabela FIPE vigente na data do sinistro. A apólice deverá contemplar ainda responsabilidade civil facultativa por danos materiais e corporais causados a terceiros, com limite mínimo de indenização de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para cada uma dessas modalidades, e danos morais/estéticos conforme especificado. A cobertura deverá prever também extensão de serviço de reboque sem limitação de quilometragem e franquia reduzida correspondente a 50% do valor da franquia básica.

4.14. O contrato deverá estabelecer prazos máximos para atendimento às ocorrências, incluindo tempo hábil

para análise de sinistros e pagamento de indenizações. A empresa se comprometerá a emitir as apólices em conformidade com os normativos expedidos pela SUSEP, mantendo todos os documentos regularizados durante toda a vigência contratual. Será exigida a apresentação de declaração específica atestando o pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.15. A prestação do serviço deverá observar princípios de transparência e eficiência, com disponibilização de canal exclusivo para atendimento à administração pública e sistema ágil para registro e acompanhamento de sinistros. A seguradora deverá manter equipe técnica qualificada para prestar esclarecimentos e orientações sempre que necessário, garantindo solução tempestiva para qualquer eventualidade relacionada aos veículos segurados.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. O levantamento de mercado realizado para a contratação dos serviços de seguro compreensivo para a frota da SEFAZ/RN identificou um cenário favorável à licitação, com ampla disponibilidade de seguradoras e corretoras especializadas aptas a atender às exigências técnicas e administrativas do órgão. Foram consultadas cinco principais empresas do segmento no mercado potiguar, todas regularmente habilitadas perante a SUSEP, que demonstraram capacidade técnica e operacional para assumir os riscos da frota estadual.

5.2. A análise comparativa das propostas preliminares evidenciou que os valores praticados estão dentro da faixa de mercado para seguros de frota governamental. Verificou-se que todas as empresas consultadas oferecem as coberturas mínimas exigidas (compreensiva, responsabilidade civil e assistência 24 horas).

5.3. O estudo de mercado constatou ainda que a consolidação dos doze veículos em um único grupo de contratação, conforme proposto, pode gerar economia em relação à cotização individual por veículo, além de simplificar os processos administrativos tanto para a SEFAZ quanto para a seguradora contratada. As empresas consultadas confirmaram que estão plenamente capacitadas a emitir apólices coletivas para frotas governamentais, com todos os requisitos técnicos exigidos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta para a contratação de seguro compreensivo para a frota de veículos da SEFAZ/RN consiste na aquisição de cobertura de riscos completa, capaz de garantir a proteção patrimonial dos doze veículos oficiais utilizados nas atividades de fiscalização tributária e arrecadação de receitas no estado. Esta contratação visa assegurar a continuidade operacional dos serviços essenciais prestados pela Secretaria, mitigando os impactos financeiros e operacionais decorrentes de possíveis sinistros.

6.2. O escopo do serviço abrange proteção contra danos próprios e a terceiros, incluindo coberturas para colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização baseada nos valores de mercado estabelecidos pela tabela FIPE. Além disso, contempla a responsabilidade civil por danos materiais, corporais e morais/estéticos, com limites mínimos de indenização estabelecidos para garantir a adequada proteção tanto do patrimônio público quanto de terceiros envolvidos em eventuais acidentes. A solução inclui ainda serviços complementares, como assistência 24 horas, reboque sem restrição de quilometragem e suporte emergencial, essenciais para minimizar interrupções nas operações de fiscalização.

6.3. A estratégia de contratação foi elaborada para otimizar recursos públicos, utilizando o pregão eletrônico como modalidade licitatória, com critério de julgamento por menor preço global do grupo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A consolidação dos doze veículos em um único grupo de contratação permite ganhos de escala, reduzindo custos administrativos e garantindo uniformidade nas condições de cobertura para toda a frota, conforme justificado no item 4 deste estudo. Esta abordagem simplifica a gestão do contrato, facilita o monitoramento dos serviços e assegura transparência no processo.

6.4. Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação: A solução proposta está alinhada com as melhores práticas de gestão de riscos na administração pública, garantindo não apenas a proteção dos veículos, mas também a segurança jurídica e financeira da SEFAZ/RN em situações de sinistro. Ao transferir os riscos para uma seguradora especializada, a Secretaria assegura a preservação de seu patrimônio e a manutenção das atividades essenciais, sem onerar indevidamente os cofres públicos com despesas imprevistas. A análise técnica e econômica, incluindo o levantamento de mercado e a justificativa para o julgamento por grupo, demonstra que a contratação na forma proposta é a mais adequada para atender à necessidade identificada, considerando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público. A implementação desta solução reforça o compromisso da SEFAZ/RN com a eficiência, a economicidade e a responsabilidade na gestão de seus recursos, em plena conformidade com os princípios constitucionais da administração pública e a Lei nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A contratação visa à cobertura de seguro para os 12 (doze) veículos que compõem a frota atual da SEFAZ/RN, detalhados no Termo de Referência. Conforme levantamento realizado, no período dos últimos cinco anos (2020-2024), não houve registro de nenhum sinistro indenizável envolvendo os veículos da frota em questão. Este dado demonstra a eficácia das medidas de manutenção preventiva e da política de direção defensiva adotada pelos motoristas da Secretaria.

7.2. Justificativa da Quantidade: Não obstante a ausência de sinistros recentes, a manutenção da cobertura para a totalidade da frota (12 veículos) justifica-se pelos seguintes fatores:

a) **Diminuição da frota própria, aumento da locada e Intensificação do Uso:** Houve um aumento diminuição progressiva da frota própria nos últimos anos, acompanhado pelo aumento da frota locada e intensificação das operações de fiscalização em todo o estado, o que eleva a exposição a riscos.

b) **Natureza das Atividades:** As atividades de fiscalização, especialmente as realizadas pela SUMAT, envolvem deslocamentos constantes em diversas condições de tráfego e rodovias, aumentando a probabilidade de ocorrência de eventos adversos (acidentes, roubos, panes).

c) **Obrigatoriedade Legal e Prudência:** A legislação impõe à Administração o dever de zelar pelo patrimônio público. A contratação de seguro é uma medida prudencial essencial para mitigar riscos financeiros significativos em caso de perda total ou parcial de veículos, cujo valor de reposição é

elevado.

d) **Continuidade Operacional:** A indisponibilidade de um veículo, mesmo que temporária, pode impactar as atividades finalísticas da Secretaria. O seguro, com suas assistências, garante maior agilidade na solução de problemas e na manutenção da capacidade operacional.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada por meio de pesquisa de preços, conforme documento SEI 29537606, resultando no valor total estimado de R\$ 62.798,86 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Conforme detalhado no item 4 (especificamente 4.3, 4.4 e 4.5) deste Estudo Técnico Preliminar, a opção foi pela não parcelamento do objeto, consolidando todos os veículos em um único grupo para fins de julgamento. A justificativa baseia-se na busca por ganhos de escala, maior competitividade, simplificação da gestão contratual e uniformidade na prestação dos serviços, demonstrando-se técnica e economicamente vantajosa para a Administração.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem ou sejam impactadas diretamente pela presente contratação.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. As contratações previstas neste Estudo Técnico Preliminar estão devidamente inseridas no Plano de Contratações Anual (PCA) garantindo sua conformidade com o planejamento estratégico e operacional da Administração Pública.

11.2. A inclusão dessas contratações no PCA reflete o compromisso com a organização e previsão orçamentária, alinhando-se aos princípios de eficiência e transparência previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Essa informação pode ser verificada no Plano de Contratações Anual, acessível publicamente por meio da plataforma oficial do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/pca/08241739000105/2025/26>, onde estão disponíveis os dados relativos à sua aprovação e inserção formal.

11.3. A comprovação documental da previsão das contratações assegura que elas estão articuladas com o planejamento estratégico da SEFAZ/RN, reforçando a legitimidade e conformidade do processo com as normas legais e as boas práticas de gestão pública. A inclusão no PCA também garante que as necessidades institucionais sejam atendidas de maneira planejada e responsável, demonstrando o alinhamento entre as ações da Secretaria e os objetivos estratégicos da Administração Pública.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

a) **Proteção Integral do Patrimônio:** Garantir a cobertura contra os principais riscos (colisão, incêndio, roubo, furto) para 100% da frota ativa, assegurando a reposição ou reparo dos veículos em caso de sinistro.

b) **Segurança Jurídica e Financeira:** Mitigar os riscos financeiros decorrentes de danos a terceiros (materiais, corporais e morais), em observância à responsabilidade civil objetiva do Estado.

c) **Continuidade Operacional:** Assegurar a disponibilidade da frota para as atividades finalísticas da SEFAZ/RN, minimizando o tempo de paralisação de veículos por meio de serviços de assistência ágeis e eficientes.

d) **Economicidade:** Obter as coberturas necessárias a um custo competitivo de mercado, otimizado pela licitação na modalidade pregão eletrônico com julgamento por grupo.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira da empresa adjudicatária, bem como sua habilitação técnica e autorização de funcionamento junto à SUSEP. Deverá também designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A contratação de serviços de seguro não gera, por si só, impactos ambientais diretos significativos. No entanto, incentiva-se que a contratada adote práticas de sustentabilidade em suas operações, como a digitalização de documentos (apólices, kits de segurado) e o uso de processos eletrônicos, conforme será detalhado no Termo de Referência.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Conforme análise detalhada neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente nos itens 4, 5, 6 e 7, e considerando os resultados pretendidos (item 11), declara-se que a contratação de serviços de seguro compreensivo para a frota de 12 veículos da SEFAZ/RN, por meio de pregão eletrônico com julgamento pelo menor preço global do grupo, é técnica e economicamente viável e adequada para atender à necessidade da Administração, estando alinhada aos princípios legais e às boas práticas de gestão pública.

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

(Processo Administrativo nº 00310020.00329/2024-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2025 DE
SEGURO AUTOMOTIVO, QUE FAZEM
ENTRE SI O ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ/RN E A
EMPRESA .

O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda-SEFAZ, com sede na Av. Senador Salgado Filho s/n, Centro Administrativo do Estado, Lagoa Nova, na cidade de Natal/RN, inscrito no CNPJ nº 24.519.654/0001-94, neste ato representada pela Secretária Executiva da Receita/SEFAZ Sra. **JANE CARMEN CARNEIRO E ARAÚJO**, nomeada POR Ato Governamental da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, publicada no DOE de 03 de junho de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 153.074-7, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 00310020.00329/2024-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

16. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

16.1. Contratação do serviço de seguro automotivo, pelo período de 12 (doze) meses, com cobertura total para 12 (doze) veículos pertencentes à frota institucional da Secretária de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte.

Item	Marca	Modelo	Ano	Placa	nº do Chassi	Renavam	Combustível	Valor
01	Mercedes Benz	I Motor Casa Caminhão	2021/2022	REQ-3I21	8AC907655NE202768	01280550888	Diesel	
02	Mercedes Benz	I Motor Casa Caminhão	2021/2022	REQ-3I24	8AC907655NE200789	01280555979	Diesel	
03	Mercedes Benz	I Motor Casa Caminhão	2021/2022	REQ-3I22	8AC907655NE203780	01280554247	Diesel	
04	Nissan	Frontier SE X4	2022/2023	RQB-1C59	8ANBD33F7PL342260	01332969060	Diesel	
05	Nissan	Frontier SE X4	2022/2023	RQB-1C69	8ANBD33F8PL342266	01332971137	Diesel	
06	Nissan	Frontier SE X4	2022/2023	RQB-1C78	8ANBD33F9PL342261	01332971420	Diesel	
07	VolksWagen	T-Cross Sense TSI	2022/2023	RGM-2J39	9BWBH6BF5P4007190	01324689789	Flex	
08	VolksWagen	T-Cross Sense TSI	2022/2023	RGM-2J49	9BWBH6BF1P4007098	01324689843	Flex	
09	VolksWagen	T-Cross Sense TSI	2022/2023	RGM-7D30	9BWBH6BF3P4017518	01331401515	Flex	
10	Fiat	Cronos Drive 1.3	2022/2023	RPJ-8D82	8AP359AFPPU236719	01323340715	Flex	
11	Chevrolet	Spin 1.8 LTZ	2013/2014	OVZ-3756	9BGJC75Z0EB156011	585445583	Flex	
12	Agrale	Agrale/10.000	2014/2014	OWC-0742	9BYC79A2AEC000311	999324411	Diesel	
Total								

16.2. A licitação será formada por um grupo com 12 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência anexo I do Edital, devendo oferecer proposta para todo o grupo.

16.3. A aquisição do objeto desta contratação é caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

16.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

16.5. O Termo de Referência;

16.6. O Edital da Licitação;

16.7. A Proposta do contratado;

16.8. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

17. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

17.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice do Termo de Referência.

18. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

18.1. A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) referenciado no item 2.1.

18.2. As especificações mínimas das coberturas e serviços são:

a) **Cobertura Compreensiva:** Colisão, incêndio, roubo e furto, com Limite Máximo de Indenização (LMI) correspondente a 100% do Valor de Mercado referenciado pela Tabela FIPE vigente na data do sinistro.

b) **Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):** Danos Materiais (DM): LMI mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Danos Corporais(DC): LMI mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

c) **Assistência 24 horas:** Incluindo serviço de reboque com quilometragem livre em caso de pane ou sinistro.

d) **Franquia:** Deverá ser ofertada a opção de franquia reduzida, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da franquia básica/normal.

e) **Regulação SUSEP:** A apólice e todos os serviços deverão seguir estritamente as normas e regulamentações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

19. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

19.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) recebimento do empenho, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

20. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

20.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

20.2. Em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a contratada deverá considerar, preferencialmente, os critérios e práticas sustentáveis abaixo listadas:

20.2.1. Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;

20.2.2. Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor.

20.3. Deverá ainda observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei Nº 14.133/2021, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal nº12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Subcontratação

20.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

20.5. Considerando o valor estimado da contratação R\$ 62.798,86 (sessenta e dois mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), a natureza do objeto (serviço de seguro regulado pela SUSEP) e os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa, fica dispensada a exigência de garantia de execução contratual, com fundamento no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021. A regulação setorial exercida pela SUSEP e os mecanismos de fiscalização contratual são considerados suficientes para mitigar os riscos associados à execução do contrato neste caso específico.

21. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Da Emissão e Entrega da Apólice

21.1. A empresa Contratada deverá expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro completa, em formato digital e/ou físico conforme acordado com a SEFAZ/RN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, o que ocorrer por último.

21.2. Juntamente com a entrega da Apólice, a Contratada deverá apresentar ao setor de Projeto de Material, Patrimônio e Serviços Gerais - PROMPS (promps@sefaz.rn.gov.br) a fatura/boleto correspondente ao prêmio do seguro para que, após o devido ateste pelo fiscal do contrato, sejam adotados os procedimentos para liquidação e pagamento.

Do Suporte e Assessoramento

21.3. A Contratada deverá fornecer todo o suporte técnico e administrativo necessário para a gestão da apólice, incluindo o atendimento e a liquidação de sinistros.

21.4. Deverá ser disponibilizado à SEFAZ/RN um canal de atendimento preferencial (corretor de seguro dedicado, central de atendimento específica ou gestor de conta), com contatos claros (telefone, e-mail), preferencialmente com representação ou capacidade de atendimento local em Natal/RN, para assessoramento e resolução de dúvidas ou sinistros.

Das Obrigações Gerais

21.5. A execução provisória ou definitiva do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos danos resultantes da má execução dos serviços contratados ou por vícios e defeitos que venham a ser constatados.

21.6. O recebimento do objeto contratual se dará formalmente após a comprovação da emissão e entrega da apólice de seguro e o início de sua vigência.

21.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela correta prestação dos serviços e cumprimento das coberturas, nos termos da legislação civil (Lei nº 10.406/2002) e do Código de Defesa do Consumidor, no que aplicável.

21.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

22. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

22.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

22.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

22.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

22.4. A SEFAZ poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

22.5. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

22.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato designado(s) pela SEFAZ/RN, ou pelos respectivos substitutos.

22.7. O fiscal do contrato terá a responsabilidade de verificar a conformidade da prestação dos serviços com o estabelecido no contrato e neste Termo de Referência, atestando a execução para fins de pagamento, e registrando todas as ocorrências relevantes.

22.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados.

22.7.2. O fiscal do contrato notificará formalmente a contratada sobre eventuais inadimplementos, concedendo prazo para manifestação e solução.

22.7.3. O fiscal observará as regras de atuação do Decreto Estadual nº 32.449/2023 (ou outro que o substitua).

22.8. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual com o apoio do(s) fiscal(is), tomando as decisões que ultrapassem a competência destes.

22.8.1. O gestor observará as regras de atuação do Decreto Estadual nº 32.449/2023 (ou outro que o substitua).

23. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

24. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

24.1. O valor total da contratação é de R\$(.....), pago em parcela única conforme Súmula 222 do TCU, após o recebimento das Apólices.

24.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

25. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição e Recebimento

25.1. A medição para fins de pagamento corresponderá ao valor total do prêmio do seguro para o período de vigência contratual de 12 meses.

25.2. O recebimento do serviço, para fins de pagamento, ocorrerá da seguinte forma:

25.2.1. **Recebimento Provisório:** Realizado pelo fiscal do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após a comunicação da Contratada sobre a emissão e entrega da apólice, verificando o cumprimento das exigências contratuais e a conformidade da apólice com o especificado.

25.2.2. **Recebimento Definitivo:** Realizado pelo gestor do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que consolide a avaliação do fiscal e ateste a aceitação do serviço. A emissão deste termo autoriza a Contratada a emitir a nota fiscal/fatura.

25.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na apólice ou na documentação.

25.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

25.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

25.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

25.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

25.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

25.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

25.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

25.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

Prazo de pagamento

25.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

25.14. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

25.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

25.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

25.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

26.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

26.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

26.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado

a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

26.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

26.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

26.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

26.7. O reajuste será realizado por Apostilamento.

27. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

27.1. São obrigações do Contratante:

27.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

27.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

27.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

27.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

27.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

27.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

27.8. Cientificar o Titular da Secretaria para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

27.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

27.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

27.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

27.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

28. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

28.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

28.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

28.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

28.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

28.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

28.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

28.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia quando houver, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

28.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

28.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

28.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- 28.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 28.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 28.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 28.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 28.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 28.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 28.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 28.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 28.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 28.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 28.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 28.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

29. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 29.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, com base no [artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

30. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 30.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 30.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 30.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 30.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 30.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 30.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 30.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 30.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 30.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 30.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 30.1.5. fraudar a licitação
- 30.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 30.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 30.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 30.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 30.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 30.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 30.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 30.2.1. advertência;

- 30.2.2. multa;
- 30.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 30.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 30.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 30.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 30.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 30.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 30.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 30.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 30.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 30.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.
- 30.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 30.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 30.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 30.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 30.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 30.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 30.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 30.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 30.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 30.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 30.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[\[A46\]](#)

31. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 31.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

32. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 32.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 32.2. 22.101.04.122.0100.250101.0001 - Natureza da Despesa 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - PJ, Sub elemento: 69 - Seguros em Geral, Fonte: 0.5.00 - Recursos Não Vinculado a Impostos
- 32.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

33. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

33.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

34. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

34.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

34.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

34.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

34.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

35. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

35.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

36. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO**

36.1. Fica eleito a Comarca de Justiça em Natal/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal/RN. assinado eletronicamente

JANE CARMEN CARNEIRO E ARAÚJO
Secretária Executiva da Receita-SEFAZ

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-